



*João L.*



## **RELATÓRIO SEMESTRAL SETEMBRO 2013**

### **EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO**

(Alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais)

## INDÍCE

1	INTRODUÇÃO .....	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	3
2.1	BALANÇOS .....	3
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	6
2.2.1	PROVEITOS .....	8
2.2.2	CUSTOS .....	10
2.2.3	RESULTADOS .....	11
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA.....	12
2.4	INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO....	14
3	CONCLUSÃO .....	17

## 1 INTRODUÇÃO

O Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) que incluía a contracção de um empréstimo bancário, foram aprovados pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal respectivamente em 27/09/2010 e 28/10/2010. Porém, como o Município obteve o visto do Tribunal de Contas a 04/03/2011, só a partir desta data, não só, tinha a possibilidade de contrair o empréstimo no valor total de 9.600.000 Euros junto da Caixa Geral de Depósitos (4.800.000 Euros) e Millennium BCP (4.800.000 Euros), como também, está obrigado a tomar as medidas económicas e financeiras necessárias ao cumprimento do PSF. O Município utilizou, apenas, 8.600.000 Euros (CGD - 3.800.000 Euros; Millennium BCP: 4.800.000 Euros) do empréstimo de saneamento financeiro.

Importa, porém, referir que o trabalho de análise ao cumprimento do plano de saneamento financeiro se afigura deveras complicado, já que, temos de um lado valores e saldos reportados a 31/12/2013 (os constantes das Demonstrações Financeiras do PSF) e do outro, dados que têm por referência o balancete de 30/9/2013. Por outro lado, para efeitos de comparabilidade, não temos demonstrações financeiras à data de 30/9/2012.

Esta análise de comparabilidade dos efeitos das medidas de saneamento é, por isso, ainda limitada, devido ao facto de a mesma ser feita a uma parcela do ano económico. Assim, pensamos que só no final de 2013 será possível efectuar verdadeiras comparações em relação ao PSF.

Deste modo, vamos tentar ultrapassar alguns daqueles constrangimentos, de modo a não pôr em causa a comparabilidade dos valores constantes dos mapas que iremos apresentar. Por isso, a análise efectuada nos pontos seguintes **limita-se a informar o valor das contas do Balanço de 2013 e a evidenciar o comportamento e a tendência das várias rubricas da conta de Resultados.**

## 2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Indicadores económicos e financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e comparabilidade com o PSF e os desvios eventualmente verificados.

### 2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Porém, esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). Assim, é extraordinariamente difícil uma qualquer análise comparativa entre um Balanço no final de 2013 (incluído no PSF), com um Balanço elaborado com base nos dados a 30 de Setembro (reais). Desta forma, entendemos que alguma comparação adicional poderá ser efectuada no relatório anual de 2013, quando já estiverem disponíveis Demonstrações Financeiras Reais de final do mesmo ano. No presente relatório, apenas evidenciaremos os **valores relevantes, a título informativo, do Balanço elaborado com base no balancete real a 30/9/2013 face ao Balanço do PSF em 2013 (final do ano).**

Mapa 1  
BALANÇOS

	Previsão PSF 2011	Real 2011	% Desvio	Previsão PSF 2012	Real 2012	% Desvio	Previsão PSF 2013	Real 9-2013	% Desvio	Notas
<b>ACTIVO</b>										
Imobilizado bruto	33.207.965	40.400.640	22	36.461.140	41.124.218	13	39.113.925	42.138.890	8	
Bens de domínio público	3.009.590	6.380.362	112	3.009.590	6.387.827	112	3.009.590	6.387.827	112	
Im.Incor.	0	0	-	0	0	-	0	27.727	-	
Im. Corp.	19.833.888	30.543.133	54	23.087.063	31.148.357	35	25.739.849	31.367.331	22	
Inves.finan.	312.754	312.754	0	312.754	312.754	0	312.754	312.754	0	
Imob. curso	10.051.733	3.164.392	-69	10.051.733	3.275.280	-67	10.051.733	4.043.252	-60	
Amortiza.acumula.	5.750.641	6.305.158	10	6.872.271	7.398.307	8	8.121.541	8.330.071	3	
Existencias	172.304	146.655	-15	174.027	131.789	-24	175.768	149.094	-15	
Matérias-primas	172.304	146.655	-15	174.027	131.789	-24	175.768	149.094	-15	a)
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	0	
Outros	0	0	-	0	0	-	0	0	0	
Prov.p/dep. exist.	0	0	-	0	0	-	0	0	0	
Div. terce. M/L prazo	0	0	-	0	0	-	0	0	0	
Div. terc. curto pz	125.543	277.413	121	127.596	220.865	73	129.689	232.958	80	
Clientes	125.543	165.055	31	127.596	121.124	-5	129.689	143.556	11	
Outros	0	112.358	-	0	99.741	-	0	89.402	-	
Prov. p/cobr. duv.	0	46.193	-	0	52.204	-	0	52.204	-	
Disponibilidades	1.798.411	1.725.911	-4	1.658.188	1.848.285	11	1.828.954	3.129.761	71	
Acres. diferim.	159.155	408.011	156	159.155	369.477	132	159.155	0	-100	
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>29.712.737</b>	<b>36.807.279</b>	<b>23</b>	<b>31.707.835</b>	<b>36.244.123</b>	<b>14</b>	<b>33.285.950</b>	<b>37.268.430</b>	<b>12</b>	
<b>PASSIVO</b>										
Provisões p/riscos enc.	0	1.051.802	-	0	858.127	-	0	858.127	-	
Dividas 3ºM/L prazo	14.976.382	12.973.657	-13	14.103.055	11.859.218	-16	13.340.907	12.944.320	-3	
Div. instcrédito	14.883.905	12.973.657	-13	14.028.419	11.859.218	-15	13.284.057	12.944.320	-3	
Div. Forn. Imob.	92.477	0	-100	74.636	0	-100	56.850	0	-100	
O. dívidas	0	0	-	0	0	-	0	0	0	
Dividas 3º Curto pz	551.565	2.376.390	331	556.152	1.324.713	138	563.323	1.359.000	141	
Div. instcrédito	0	0	-	0	0	-	0	0	0	
Fornecedores	242.080	706.310	192	244.501	221.809	-9	246.946	361.480	46	
E.E.P	51.397	29.948	-42	53.447	28.679	-46	58.055	39.631	-32	
O. dívidas	258.088	1.640.131	535	258.204	1.074.226	316	258.322	957.889	271	
Acréscimos custos	827.881	594.330	-28	827.881	596.247	-28	827.881	250.000	-70	
Proveitos Diferidos	9.124.877	8.186.249	-10	10.196.569	8.392.565	-18	10.712.028	8.389.137	-22	
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>25.490.705</b>	<b>25.182.429</b>	<b>-1</b>	<b>25.683.657</b>	<b>23.030.869</b>	<b>-10</b>	<b>25.444.139</b>	<b>23.900.584</b>	<b>-6</b>	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>										
Património	13.550.444	13.550.444	0	13.550.444	13.550.444	0	13.550.444	13.550.444	0	
Reservas	906.676	942.573	4	906.676	968.073	7	906.676	968.073	7	
Resultados Trans.	-12.014.168	-2.632.280	-78	-10.225.089	-2.352.000	-77	-8.432.942	-1.305.264	-85	
Resultados Liq.	1.789.079	-435.888	-124	1.792.146	1.046.736	-42	1.817.633	254.592	-86	
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>4.232.032</b>	<b>11.424.850</b>	<b>170</b>	<b>6.024.178</b>	<b>13.213.254</b>	<b>119</b>	<b>7.841.811</b>	<b>13.467.845</b>	<b>72</b>	
<b>TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>29.712.737</b>	<b>36.807.279</b>	<b>23</b>	<b>31.707.835</b>	<b>36.244.123</b>	<b>14</b>	<b>33.285.950</b>	<b>37.268.430</b>	<b>12</b>	

**Notas:**

a) Foi incluído o saldo da conta Compras no valor de 14.860,94 Euros.

No que diz respeito ao **Activo**, se compararmos os valores reais do Imobilizado bruto de Setembro de 2013 e do final de 2012, constata-se que o **Município investiu (adjudicado a terceiros), aproximadamente, 1.014.672 Euros.**

Ao nível das outras rubricas mais relevantes verifica-se que o valor das disponibilidades é mais do que suficiente, neste momento, para pagar a totalidade das dívidas de curto prazo, o que traduz a política de rigor financeiro do Executivo. Isto é, existe já um fundo de maneio positivo.

De realçar que foi efectuada a devolução do Fundo de regularização Municipal (FRM) retido, referente ao excesso de endividamento de 2006 no valor total de 148.593,00 Euros (62.726,33 Euros para pagamento de dívida de curto prazo e 85.866,67 Euros para amortização extraordinária de empréstimo bancário de médio e longo prazo).

Ao nível do **Passivo de MLP** verifica-se que o valor das dívidas em Setembro 2013 é inferior ao valor previsto no PSF para o final de 2013. Esta evolução decorre de diversos efeitos conjugados:

- não utilização da totalidade do empréstimo de saneamento financeiro previsto (1.000.000 Euros a menos);
- valor das prestações contratuais vincendas (que deverão ser pagas até ao final de 2013);
- ainda não foram efectuadas as amortizações financeiras antecipadas (foram amortizados cerca de 700.000 Euros) previstas no PSF no valor de 1.000.000 Euros (400.000 Euros em 2011, 350.000 Euros em 2012 e 250.000 Euros em 2013).

Saliente-se que foi constituída uma provisão para processos judiciais em curso, não prevista no PSF, no valor de 858.127 Euros.

A matéria relativa à análise, quer aos resultados líquidos quer aos meios libertos, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.

## **2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das tendências “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais relevantes sofreram face ao previsto no PSF, em 2013.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a evolução dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Refira-se que estamos perante valores reportados a períodos temporais diferentes, o que dificulta a análise a efectuar a este nível.

**Mapa 2**  
**Demonstração de Resultados**

	Previsão PSF 2011	Real 2011	% desv.	Previsão PSF 2012	Real 2012	% desv.	Previsão PSF 9-2013	Real 9-2013	% desv.	Notas
Vendas	506.035	627.849	24	518.763	362.580	-30	398.857	219.222	-45	
Produtos	506.035	627.849	24	518.763	362.580	-30	398.857	219.222	-45	
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Prestação serviços	350.888	368.149	5	354.397	609.377	72	268.456	487.600	82	
Outros Prov. e Ganhos Operacionais	350.681	356.681	2	354.188	362.533	2	268.297	292.700	9	
Var. da Produção	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Impostos e Taxas	1.177.524	894.914	-24	1.201.082	1.320.675	10	918.835	933.838	2	
Transferências e Sub. Obtidos	6.323.321	6.484.530	3	6.386.554	6.199.439	-3	4.837.815	4.657.716	-4	
Trabalhos Própria Entidade	992.830	0	-100	1.002.758	0	-100	759.589	0	-100	
Prov. ganhos fin.explo.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
dif.cambio desfav.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
descn. pp obtidos	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
<b>TOTAL PROVEITOS</b>	<b>9.701.279</b>	<b>8.732.125</b>	<b>-10</b>	<b>9.817.742</b>	<b>8.854.604</b>	<b>-10</b>	<b>7.451.850</b>	<b>6.591.076</b>	<b>-12</b>	
 C.M.V	 329.101	 303.442	 -8	 332.392	 279.866	 -16	 251.787	 255.796	 2	
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
Produtos	329.101	303.442	-8	332.392	279.866	-16	251.787	255.796	2	
Forn. Serv. Ext.	2.435.825	2.884.729	18	2.460.183	2.521.393	2	1.863.589	1.748.598	-6	
Subcontratos	433.421	466.583	8	437.756	447.253	2	331.600	290.322	-12	
Trabalhos Especializados	9.019	164.174	1.720	9.109	218.132	2.295	6.900	159.867	2.217	
Electricidade/Combustíveis	514.926	859.498	67	520.075	747.613	44	393.957	506.008	28	
Conservação e Reparação	6.404	17.842	179	6.468	1.977	-69	4.900	3.699	-25	
O.F.S.E	1.472.054	1.376.631	-6	1.486.775	1.106.419	-26	1.126.232	788.703	-30	
Custos c/pessoal	3.009.411	2.866.677	-5	3.039.506	2.864.444	-6	2.288.300	2.392.942	5	
Amortizações	963.972	1.110.655	15	1.121.630	1.093.289	-3	936.953	936.953	0	a)
Provisões	0	246.931	-	0	6.011	-	0	0	-	
Transf. e subs. correntes concedidos	608.020	845.329	39	614.100	669.712	9	465.181	684.331	47	
O.custos exploração	66.660	171.035	157	67.327	112.536	67	51.000	77.836	53	
Cus. perdas fina.explora	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
difer. cambio desfa.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
desc. pp concedidos	0	0	-	0	0	-	0	0	-	
<b>TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO</b>	<b>7.412.989</b>	<b>8.428.798</b>	<b>14</b>	<b>7.635.138</b>	<b>7.547.251</b>	<b>-1</b>	<b>5.856.809</b>	<b>6.096.456</b>	<b>4</b>	
 RESULTADOS EXPLORA.	 2.288.290	 303.326	 -87	 2.182.604	 1.307.353	 -40	 1.595.040	 494.619	 -69	
 Prov. e ganhos extraor.	 501.825	 304.560	 -39	 584.641	 551.778	 -6	 481.906	 31.972	 -93	
 Cust e perdas extraord.	 447.450	 603.616	 35	 451.925	 507.924	 12	 342.333	 53.032	 -85	
 R. ANTES FUN. FINANC.	 2.342.665	 4.270	 -100	 2.315.321	 1.351.207	 -42	 1.734.614	 473.559	 -73	
 Prov. e ganhos finance.	 12.040	 5.391	 -55	 12.160	 2.687	 -78	 9.211	 8.699	 -6	
 Cust e perda.financ.	 565.626	 445.549	 -21	 535.335	 307.158	 -43	 380.600	 227.666	 -40	
 juros suportados	 555.324	 433.110	 -22	 524.930	 300.000	 -43	 372.718	 221.890	 -40	
 outros	 10.302	 12.439	 21	 10.405	 7.158	 -31	 7.882	 5.776	 -27	
 <b>RESULTADOS LIQUIDOS</b>	 <b>1.789.079</b>	 <b>-435.887</b>	 <b>-124</b>	 <b>1.792.146</b>	 <b>1.046.736</b>	 <b>-42</b>	 <b>1.363.225</b>	 <b>254.592</b>	 <b>-81</b>	

**Notas:**

a) Assumimos, para efeitos comparativos, a previsão efectuada no PSF.

## 2.2.1 PROVEITOS

No que diz respeito à “**Venda de Produtos**” (água) está abaixo (45%) da previsão do PSF devido ao controlo mais rigoroso no consumo de água por parte dos consumidores, fruto de campanhas de sensibilização para o uso mais eficiente deste recurso, e também em função dos efeitos da sazonalidade e periodicidade do respectivo proveito. Por outro lado, em 2012, apesar da alteração do tarifário alguns dos proveitos referentes às águas passaram a ser considerados na rubrica prestação de serviços.

Na “**Prestação de Serviços**” verificou-se um incremento de 82% face à previsão do PSF devido, nomeadamente, à entrada em vigor no início do ano de 2012 do regime tarifário da prestação do serviço de abastecimento de água, do serviço de saneamento de águas residuais urbanas e do serviço de recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos.

A rubrica de “**Outros Proveitos e Ganhos Operacionais**”, relativa a rendas de concessão da EDP, está acima (9%) da previsão do PSF.

Nos “**Impostos e taxas**” verificou-se um aumento de 2% face ao previsto no PSF, em resultado do aumento das receitas do imposto municipal sobre imóveis (IMI), que compensou quebras noutras rubricas. Esta evolução decorre da avaliação geral dos prédios urbanos, não tendo sido ainda implementadas as novas taxas (previstas no PSF) para os prédios urbanos devolutos, em ruínas e degradados.

Relativamente às “**Transferências e subsídios obtidos**” constata-se uma quebra de 4% face às previsões do PSF, decorrente da redução das transferências do Estado (Orçamento do Estado para 2013). A diminuição foi minimizada pela devolução do Fundo de regularização Municipal (FRM) retido referente a 2006, no valor total de 148.593,00 Euros.

Em relação aos “**Trabalhos para a própria entidade**”, até ao fim de Setembro de 2013, ainda não foi contabilizado qualquer valor relativo a obras por administração directa efectuadas pelo Município devido à contabilidade analítica ainda não estar implementada em pleno devido à falta de recursos humanos com competências específicas para a tarefa.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor abaixo do previsto em cerca de 93% devido, fundamentalmente, ao facto de ainda não terem sido contabilizados os movimentos dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos (previstos 642.541 euros no ano). Recorde-se que estes proveitos diferidos são transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito, apenas, no final do ano de 2013.

Os “**Proveitos e Ganhos Financeiros**”, rubrica com um peso reduzido na estrutura de proveitos do Município, registaram uma diminuição de 6% face à previsão.

## 2.2.2 CUSTOS

Em relação ao “**Custo dos Produtos**” verificou-se um ligeiro aumento de 2% face ao previsto.

Na conta de “**Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**” podemos verificar um valor abaixo da projecção (6%), evolução a confirmar no relatório anual de 2013.

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” podemos verificar que estão 5% acima da estimativa do PSF, em resultado do maior valor suportado com encargos sobre remunerações (Orçamento do Estado para 2013) e também da alteração de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores em exercício de funções, no seguimento de sentença judicial extensiva a todos os trabalhadores em idêntica situação.

A rubrica “**transferências e subsídios correntes**” está 47% acima (219.150 Euros) do previsto no PSF para o período, evolução compensada pela diminuição dos “**custos extraordinários**” que estão 85% abaixo do estimado (quebra de 289.300 Euros).

Os “**Outros custos de exploração**”, com um pequeno peso na estrutura de custos (dizem respeito a quotizações – 77.835,88 Euros) do Município, registam um valor acima do previsto em 53% (26.836 Euros).

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se uma diminuição de 40% face ao previsto, em virtude da quebra significativa das taxas Euribor face ao momento da elaboração do PSF, bem como pelo facto de não se ter utilizado a totalidade do empréstimo de saneamento financeiro.

### 2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, verificamos que os **resultados operacionais** estão afectados pela quebra nos proveitos (em particular as transferências e subsídios obtidos e o facto de não se ter registado o proveito correspondente aos trabalhos para a própria entidade) e aumento dos custos respectivos (em especial os custos com o pessoal e as transferências e subsídios correntes concedidos).

Os **resultados líquidos** ressentiram-se dos resultados operacionais conforme foi referido e dos resultados extraordinários (impacto da não contabilização da imputação dos proveitos diferidos), apesar do bom desempenho dos resultados financeiros (redução dos custos).

### 2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

**Mapa 3**  
**Fluxos de Caixa**

Designação	Previsão PSF 9-2013 (anualizado)	Real 9-2013	% Desvio
<b>Recebimentos</b>			
Saldo da gerência anterior	1.411.766	1.848.285	31
Total receitas Orçamentais	7.615.182	8.295.350	9
Receitas Correntes	5.038.422	6.078.495	21
Receitas de Capital	2.576.760	2.216.854	-14
Receitas Outras	0	0	-
Operações de Tesouraria		542.349	-
Total Geral	9.026.948	10.685.984	
<b>Pagamentos</b>			
Total despesas Orçamentais	7.487.108	7.022.099	-6
Despesa corrente	4.922.840	5.636.586	14
Despesa de Capital	2.564.267	1.385.513	-46
Operações de Tesouraria		534.124	-
Saldo para a gerência seguinte	1.539.841	3.129.761	103
Total Geral	9.026.948	10.685.984	

O valor das receitas correntes está acima do estimado em virtude, nomeadamente, do aumento das transferências correntes (decorrente, em especial, do incremento do FEF corrente em detrimento do FEF capital conforme orçamento do Estado para 2013 e da devolução do FRM) e dos impostos directos.

As receitas de capital são inferiores às previstas no PSF devido, em particular, à redução das verbas provenientes de fundos comunitários (menor investimento face ao previsto no PSF) e também a quebra do FEF capital (Orçamento do Estado para 2013). A quebra nesta rubrica

da receita de capital foi minimizada pela utilização de 1.300.000 Euros do empréstimo de saneamento financeiro e pela devolução do FRM.

A despesa corrente está acima da previsão devido, principalmente, ao aumento dos pagamentos relacionados com a aquisição de bens e serviços, com transferências correntes e com o pessoal.

No que diz respeito à despesa de capital é inferior à estimativa do PSF devido, principalmente, à quebra nos pagamentos relativos à aquisição de bens de investimento, à diminuição das transferências efectuadas e às prestações contratuais vincendas dos empréstimos de médio e longo prazo que, oportunamente, serão pagas até ao final de 2013 (a que acresce a amortização extraordinária prevista no PSF para 2013 ainda não efectuada).

Saliente-se que se verificava **equilíbrio orçamental corrente**, no final de Setembro de 2013.

## 2.4 INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos os Mapa 4 e 5 com um conjunto de indicadores económico-financeiros e de endividamento.

Mapa 4  
Indicadores Económicos Financeiros

		2011 PSF	2011 Real	2012 PSF	2012 Real	2013 PSF	9-2013 Real
FUNDO DE MANEIO	€	1.703.849	135.407	1.562.815	1.193.499	1.730.243	2.100.610
LIQUIDEZ GERAL	%	4	1	4	2	4	3
SOLVABILIDADE	%	17	45	23	57	31	57
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	14	31	19	36	24	36
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	103	96	102	99	103	103
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	-	170	-	97	-	78
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	77	30	28	30	47
P.M. RECEBIMENTOS	Dias	36	58	36	43	36	53
CASH FLOW	€	2.753.051	921.699	2.913.776	2.146.036	2.300.177	1.191.544

**Nota:**

a) O cash-flow apresentado na coluna "2013 PSF" é o valor anualizado a 30/9/2013.

Da análise do mapa anterior, na sequência do que já foi referido, podemos retirar as seguintes conclusões:

- Fundo de maneio positivo, acima da previsão;
- Imobilizado adequadamente financiado por capitais permanentes;
- Prazo médio de pagamentos acima da previsão;
- Prazo médio de recebimentos superior ao previsto;
- Cash-Flow inferior à previsão do PSF no período.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes.

**Mapa 5**  
**Endividamento Municipal**

Data		Limite Endividamento		Endividamento		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.	
		Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
		1	2	3	4		5	6=1-3
2011	Saneamento 31/12/2011	8.175.457	6.540.365	13.142.745	14.066.686	817.219	-4.967.289	-7.526.320
	Real 31/12/2011	7.437.032	5.949.626	11.149.171	12.156.883	816.775	-3.712.139	-6.207.257
	Real 31/12/2011 (art.º 53.º OE 2011) a)	11.714.329	9.379.679	11.149.171	12.156.883	816.775	565.157	-2.777.204
2012	Saneamento 31/12/2012	8.257.211	6.605.769	12.532.498	13.331.523	696.896	-4.275.287	-6.725.754
	Real 31/12/2012	7.209.167	5.767.333	8.796.242	11.163.707	695.511	-1.587.075	-5.396.374
	Real 31/12/2012 (art.º 66.º OE 2012) b)	11.149.171	9.101.959	8.796.242	11.163.707	695.511	2.352.929	-2.061.748
2013	Saneamento 31/12/2013	8.339.783	6.671.827	11.713.689	12.696.187	587.870	-3.373.906	-6.024.360
	Real 30/9/2013 (art.º 98.º OE 2013) c)	7.719.990	6.175.992	8.059.899	12.305.099	639.221	-339.909	-6.129.107

**Nota:**

- a) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 alterado pela Lei n.º 60-A/2011.  
 b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012.  
 c) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 98.º do Orçamento Estado de 2013. Limite endividamento líquido corresponde ao menor dos seguintes valores: limite de 2012; limite previsto na LFL. Limite endividamento MLP é calculado nos termos da LFL.

O valor do endividamento líquido teve uma diminuição de 736.343 Euros de 31/12/2012 para 30/9/2013, e está abaixo do valor previsto no PSF, no montante de 3.653.790 Euros. Tal facto deve-se às medidas tomadas pelo Executivo no sentido do cumprimento do PSF.

Como reflexo do referido anteriormente verificou-se até ao fim de Setembro do corrente ano, face ao verificado em 2012, uma evolução positiva líquida de 1.247.166 Euros no excesso de endividamento líquido (embora o aumento do respectivo limite em 510.823 Euros estabelecido pelo Orçamento de Estado para 2013, também tenha contribuído para o comportamento positivo descrito). Acresce que o excesso de endividamento líquido, em

2013, é de apenas 339.909,00 Euros, muito inferior ao previsto no PSF (negativo em 3.373.906,00Euros).

No que diz respeito ao valor do endividamento de médio e longo prazo, verificou-se um aumento de 2012 para o fim de Setembro de 2013 em 1.141.392 Euros, devido à utilização de 1.300.000 Euros do empréstimo de saneamento financeiro, mantendo-se, ainda, o valor do endividamento de MLP é inferior ao previsto no PSF, em 391.088 Euros (para o final de 2013).

De qualquer modo, ao contrário dos anos anteriores em que a situação para os Municípios era mais favorável (devido ao artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 e ao artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012), o cálculo do limite endividamento líquido para 2013 é feito tendo por base o menor dos seguintes valores: limite de 2012 e o previsto na LFL. Assim, em 2013, irá ser utilizado o limite previsto na LFL. Isto é, o Estado não quer reconhecer, como aconteceu nos de 2011 e 2012, que os excessos de endividamento decorrem, principalmente, da redução sistemática das transferências do Estado.

### 3 CONCLUSÃO

O Município de Castelo de Paiva, no fim de Setembro de 2013, na sequência de medidas tomadas pelo actual executivo, necessárias e fundamentais ao equilíbrio e legalidade das suas finanças públicas, apresenta indicadores económico-financeiros (mapa 4) e de endividamento municipal (mapa 5) com uma tendência favorável, **para o cumprimento dos objectivos definidos no Plano de Saneamento Financeiro**.

Com efeito, apesar da redução das transferências do Estado, o Município está a libertar fundos que lhe permitem a realização, conforme o previsto no PSF, de investimentos comparticipados.

Por outro lado, a última utilização do empréstimo de saneamento financeiro no montante de 1.300.000,00 Euros (ficou por utilizar 1.000.000,00 Euros), para a reprogramação da dívida de curto prazo, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 permitiu a melhoria do fundo de maneio necessário ao controle e mesmo à redução do prazo médio de pagamentos, para o valor previsto no PSF.

Isto é, apesar da utilização de mais de 1.300.000,00 Euros do empréstimo de saneamento financeiro, o valor do MLP do Município continua abaixo da previsão do PSF (para o fim de 2013). Por outro lado, o excesso de endividamento líquido, também, é muito inferior (apenas 10% do valor previsto) ao estimado no PSF.